



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Envelhecimento do Trabalhador, Saúde e o Acesso à Informação

Evellin Barbosa Silva de Castro¹
Fabício Rodrigues da Silva²

Resumo: O trabalho se constitui de relato de experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, abordando especificamente a realização de intervenção desenvolvida intitulada de “Idoso informado é idoso protegido: uma intervenção sobre o direito à saúde e o acesso a medicamentos”, direcionada ao grupo de idosos do Programa Hiperdia, no Programa de Saúde da Família (PSF) IV, da cidade de Juripiranga – Paraíba, realizando-se também uma pesquisa bibliográfica em autores de referência na área. Constituída por três atividades, em meio aos desafios encontrados, a intervenção efetivada produziu efeitos significativos, através da socialização de conhecimentos e informações que tratam de direitos sociais da pessoa idosa, pontualmente do direito à política de saúde e do acesso a medicamentos gratuitos.

Palavras-chave: Envelhecimento do trabalhador. Direito à saúde. Acesso à informação.

Aging Workers, Health and Access to Information

Abstract: The work consists of a report of mandatory internship experience in Social Work, specifically addressing the performance of an intervention developed entitled "Informed elderly is protected elderly: an intervention on the right to health and access to medicines", directed to the group of elderly of the Hiperdia Program, in the Family Health Program (FHP) IV, from the city of Juripiranga - Paraíba, also conducting a bibliographical research on reference authors in the area. Consisting of three activities, during the challenges encountered, the intervention produced significant effects, through the socialization of knowledge and information that deals with the social rights of the old person, punctually the right to health policy and access to free medicines.

Keywords: Worker aging. Right to health. Access to information.

1 Envelhecimento do trabalhador no capitalismo

Na atualidade, alcançar a velhice tem sido uma possibilidade cada vez mais acentuada, mesmo em países desenvolvidos, marcados por uma expressiva desigualdade social, ainda que a melhoria das condições de vida e de trabalho substancialmente nesses países, estruturados na sociedade capitalista, sejam disparadamente impossíveis de equipar-se às condições de vida e de trabalho dos países desenvolvidos, tidos como ricos, é possível vislumbrar o processo acelerado de

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: evellin.castro@aluno.uepb.edu.br

² Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: fabriciorodrigues@servidor.uepb.edu.br

envelhecimento, ainda que diante de realidades de baixo desenvolvimento social e econômico que se tornam empecilhos para uma saúde de qualidade para as pessoas idosas.

Apontamos que o mundo em geral está passando por um envelhecimento populacional, e no caso do Brasil, esse crescimento tem sido consideravelmente avançado, mas cabe salientarmos que a qualidade de vida do segmento idoso em países de economia dependente, em que a ferocidade do capital se torna ainda mais devastadora, é definitivamente restrita às classes abastadas.

Para a população idosa que vive da venda da sua força de trabalho, a velhice é alcançada com limitações e adoecimentos, que sobretudo refletem a trajetória vivenciada por este segmento em todo o seu processo de envelhecimento, este último que constitui toda a trajetória de vida do ser humano em um sistema que reserva para os que são responsáveis por produzir a riqueza social, desigualdade, exploração, expropriação e mazelas sociais. Bem como é colocado pelo comentário tecido:

O envelhecimento reflete o modo como se viveu da infância à vida adulta. Se as condições objetivas e subjetivas de vida possibilitaram suprir as necessidades físicas, psíquicas e sociais de indivíduos e grupos, certamente, estes conseguirão alcançar maior longevidade, a qual pode ser desfrutada com mais saúde e satisfação pessoal. Contudo, o inverso é verdadeiro, na insuficiência de atendimento às condições essenciais à vida, a condição de penúria acentua o sofrimento físico e psíquico, o que pode resultar na interrupção prematura da existência (ESCORSIM, 2021, p. 234).

É de suma relevância compreendermos que a questão do envelhecimento para a classe trabalhadora em particular, se configura na sociedade capitalista como uma expressão da “questão social”, o que remete atribuir a centralidade da problemática social do envelhecimento do trabalhador, e não uma condição efetiva que atinge todo o grupo etário, de forma igualitária e independente, na medida que a força de trabalho é expropriada e explorada das condições de produção e reprodução social, incluindo o seu próprio tempo de vida (TEIXEIRA, 2009).

Isto posto, o envelhecimento não se constitui como uma problemática social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico da população idosa, pela restrição de papéis sociais, familiares e trabalhistas. O fator determinante é que a classe trabalhadora é a protagonista da tragédia do envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e

de uma vida expressa por sentimentos e valores, na ordem da sociedade capitalista, principalmente quando se perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Desse modo, cabe evidenciar que não é para todas as classes que o envelhecimento resulta efeitos de isolamento, exclusão das relações sociais, dos espaços públicos, da esfera produtiva, política, dentre outras expressões que consolidam o processo de produção de desigualdades sociais (TEIXEIRA, 2009).

Envelhecer, para o trabalhador, na ordem e no tempo do capital, é ter seu tempo de vida subordinado ao tempo de trabalho, este que diante da conjuntura capitalista acaba por representar um fardo, produzindo para o trabalhador alienação, precarização, adoecimento, dentre outras expressões que refletem as relações de produção no mundo do capital.

A velhice do trabalhador na realidade brasileira é sem sombra de dúvidas, perpassada por grandes contradições, essas que obedecem a lógica do sistema capitalista. É neste sentido que para pensarmos a velhice no Brasil, é preciso compreendermos que a pessoa idosa que passou toda sua trajetória de vida inserida em condições precárias de trabalho, produzindo riquezas sociais que ficam contidas nas mãos dos que detém os meios de produção, são sujeitas à salários mínimos que efetivamente comprovam as desigualdades sociais, são as mesmas pessoas que diante do envelhecimento necessitam da mediação de políticas públicas que amenizem suas condições concretas de vulnerabilidade social devido ao processo de exploração e retirada de direitos aos quais foram submetidas.

O envelhecimento, portanto, na era do capital se constitui como um processo complexo que se assenta nas relações de classes e que sofre múltiplas determinações:

A velhice no Brasil se mostra a partir de uma teia de complexas necessidades humanas que decorrem da sociabilidade do capitalismo e se revelam na relação desigual e hierárquica entre as classes sociais. Essa relação se traduz na subordinação dos trabalhadores aos interesses econômicos e políticos do capital; na concentração de renda vinculada majoritariamente entre aqueles que operam o capital financeiro e no flagrante e abissal desigualdade social que se mostra como uma marca da sociedade classista brasileira (TORRES, 2020 p. 47).

Como foi abordado, o envelhecimento da população brasileira é no percurso histórico firmado como uma expressão da “questão social”, é evidente que muitas conquistas foram alcançadas por este segmento social ao passar das décadas, mas não se pode encobrir o fato de que os direitos da pessoa idosa e a sua proteção vem sendo afetados pelo avanço da ofensiva neoliberal, que nos últimos 4 anos agregou-se a um cenário político configurado pelo neoconservadorismo e pelo fascismo que não medem esforços para destruir os direitos sociais, como pôde ser expressado através dos retrocessos postos pela reforma da previdência, e em posterior pela política antivacina e pelo negacionismo da ciência que em meio a uma feroz pandemia à nível mundial, se prontificou em desamparar a população idosa, fato que resultou em uma expressiva perda dessa população.

Falas do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) em meio à pandemia mundial do novo coronavírus, ressaltando que cada família deveria cuidar de seus idosos, retrata o conservadorismo e o processo de familização da velhice que historicamente se tornou naturalizado. A família como instituição social, factualmente ocupou um papel importante no cuidado e na proteção dos membros que a constituem. E no tempo atual, recebeu do Estado atribuições especiais, sendo referenciada em múltiplas legislações específicas, abrigando assim, no espaço das políticas sociais, o cargo de provedora do bem-estar, desse modo, a família se torna a maior responsável pelo cuidado da pessoa idosa, atribuindo um sentimento de solidariedade familiar, que tem como principal consequência, a omissão do Estado como instancia pública que deve atender de forma justa as necessidades de seus cidadãos (COSTA et al. 2017).

Retratamos que com o crescimento da população idosa no Brasil, e diante da condição de adoecimento dela diante todos os condicionantes postos pela sociabilidade capitalista, diversas famílias são responsáveis pelos cuidados com pessoas idosas, cuidado esse que estruturalmente é romantizado, entretanto, deve-se analisar que por traz de uma família cuidadora, existe um Estado que pouco dá respostas às condições concretas da população idosa que necessita de cuidados em saúde integralmente. É neste sentido que abordamos o pensamento:

Com o envelhecimento da população brasileira, as famílias se veem desafiadas a decidir sobre as formas de garantia do cuidado às pessoas maiores de 60 anos. Estas, por sua vez, se deparam com alterações físicas e psicológicas em si próprias, mudanças nas suas possibilidades de atuação na

sociedade capitalista, especialmente no que se refere ao seu lugar na estrutura comunitária e familiar. (COSTA et al. 2017, p. 54).

Com o exposto, elucidamos que diversas famílias carregam sozinhas uma responsabilidade que não é apenas sua, expressando o recorrente processo de familização da velhice, que se apresenta na realidade brasileira como uma expressão da ofensiva neoliberal que cria impedimentos para a concretização de políticas sociais públicas direcionadas à saúde da população idosa.

Em um Brasil que encontra-se em situação de barbárie, fica lúcido que a vida do trabalhador idoso nunca importou para o Estado como esfera imersa em contradições, por um lado financia a rede privada, fazendo pacto com o próprio capital e por outro lado, devido ao agravamento das condições concretas de vida e de trabalho dos trabalhadores envelhecidos e empobrecidos que passam a reivindicar melhores condições sociais, implementa políticas sociais públicas para combater e controlar possíveis revoltas que coloquem a sua ordem em possível declínio.

O envelhecimento como fenômeno social deveria ser considerado como uma conquista humanitária, entretanto, na égide do capital, para as classes que vivem da venda da sua força de trabalho, este processo se torna muitas vezes uma fase etária temida. Existem preconceitos e paradigmas estruturais a cerca da velhice que giram principalmente em torno da saúde da pessoa idosa, no pensamento popular é recorrente a ideia de que o/a idoso (a) é naturalmente atingido por doenças e que por consequências dessas, fica em isolamento e em dependência da família.

A questão do adoecimento e da dependência dos cuidados familiares são fatores que atinge abrangentemente o trabalhador idoso, entretanto este fato não é regra para toda população idosa, e não possuem aspectos apenas biológicos. Pouco é disseminado na sociedade o fato de que é justamente para a população pobre envelhecida que o adoecimento se torna periódico e que ele possui estreita relação com determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais.

2 Relato de experiência sobre a intervenção “idoso informado é idoso protegido”

A intervenção que relatamos foi realizada no Programa Saúde da Família (PSF) IV, localizado no município de Juripiranga, Paraíba. Como público-alvo, foi

direcionado ao grupo Hiperdia, que destina ações sobre saúde para idosos do município que enfrentam doenças crônicas de hipertensão e diabetes. No tocante ao período de realização, a mesma ocorreu entre a última semana do mês de Julho à segunda semana do mês de agosto do ano de 2022, durante a vigência da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II e III, tendo como aporte metodológico a realização de rodas de conversa, palestra, diálogos, distribuição e socialização de materiais didáticos/informativos que enfatizem os direitos da pessoa idosa, especificamente o direito à saúde e o direito a medicamentos de forma gratuita. Em suma, a intervenção dedicou-se a promover a ampliação do conhecimento da pessoa idosa acerca de direitos sociais por meio do acesso a informações.

A primeira atividade desenvolvida com o grupo de idosos do programa Hiperdia foi uma roda de conversa, devidamente realizada no dia 11 de agosto de 2022, tendo como tema abordado o conceito de envelhecimento como um processo composto por diversas dimensões e sua relação com o conceito de saúde. Esta primeira etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros do PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

No primeiro momento da atividade, teve-se o início da intervenção com duas idosas, que foram as primeiras participantes a chegarem no local, as quais foram acolhidas com uma apresentação das responsáveis pelo projeto, além da apresentação delas, logo após, a discente estagiária e a Assistente Social expuseram o projeto e seu objetivo. A técnica utilizada foi a vivência em grupo e como instrumento pedagógico utilizou-se um poema que abordou o tema do envelhecimento/velhice.

No decorrer do projeto, especificamente no segundo momento, foi perguntado ao grupo o que eles entendiam por envelhecimento, alguns se pronunciaram falando que não sabiam explicar. Em seguida, foi explicado pela discente estagiária o conceito de envelhecimento como um processo da vida humana que se inicia desde o nascimento e que possui relações com as condições de vida e de trabalho que os indivíduos mantêm em toda sua trajetória. Em continuidade, foi perguntado se os participantes estavam compreendendo, sendo que, eles afirmaram que sim. Foi perguntado se existe em nossa sociedade um preconceito contra a velhice, todos afirmaram que sim.

Como forma de abordar o termo “velhice” falamos dos preconceitos que são enraizados no cotidiano de nossa sociedade, que contribuem para a própria negação da velhice, como se esta fosse um período desagradável da vida e até mesmo terminal. Neste gancho, falamos da heterogeneidade da velhice, como bem trata o próprio poema utilizado na atividade, que afirma que a nossa relação com o envelhecimento é singular e depende da nossa história pessoal e coletiva, que possui dimensão social, cultural e econômica.

Neste momento, podemos compreender que existe na sociedade capitalista uma ideologia por trás desse sentimento de negação e preconceito contra a velhice, que acaba por distanciar o processo de envelhecimento de sua condição de totalidade, portanto, o envelhecimento no tempo do capital vai sendo deteriorado, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam um processo de aversão, tendo suas trajetórias de vida não consideradas. O trecho a seguir bem detalha essa questão:

A ideologia impregnada em nossa cultura apresenta um caráter de seleção, preconceito e discriminação, tidos no senso comum como normais. Desta forma, o envelhecimento não é visto em sua totalidade, como parte de um processo multidimensional da vida humana; assim, ao invés de homens e mulheres velhos serem vistos como experientes, vividos e sábios, devido a sua longa vida, são atrelados a um sistema de valores que elege a juventude como uma fase ideal, supervalorizada, que deve ser alcançada de qualquer maneira (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 30)

No que diz respeito ao momento mencionado, foi possível observar que não existe uma única velhice, foi dado um exemplo prático como contribuição, sendo perguntado se a velhice de todos que estavam presentes era igual, todos responderam que não, assim foi absorvido que existem velhices, que afirmam as particularidades vivenciadas por cada pessoa.

Como forma de reflexão sobre a existência de múltiplas velhices e sobre o condicionante de classes sociais, podemos considerar a relevância do trecho:

Se compararmos um indivíduo proveniente de classes sociais mais abastadas, com um percurso profissional intelectual, a um velho trabalhador rural dos sertões brasileiros, ainda que ambos tenham a mesma idade cronológica, dificilmente apresentarão a mesma idade biológica e social. O desgaste sofrido pelo trabalho manual intensivo e insalubre, durante toda a vida, reflete diretamente na condição de vida, suprimindo uma possível boa qualidade de vida e encurtando a sua existência (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 27).

Já no terceiro momento da atividade, que teve como objetivo abordar a saúde do idoso, foi perguntado aos participantes o que eles entendiam por saúde. Foram observadas diversas respostas. Uma idosa relatou que ter saúde é ter sossego e poder fazer suas atividades do cotidiano de forma independente e poder andar. Outra idosa, relatou que ter saúde é ter liberdade, é poder se alimentar bem, é ter uma casa para morar, é poder viajar. Um outro idoso, relatou que ter saúde é ter fé, este mesmo idoso refletiu que devido ao trabalho pesado que se submeteu desde a infância, na velhice tem enfrentado doenças como hipertensão e problemas na coluna.

Em articulação com as falas, foi explicado que o conceito de saúde vai além daquele que muitas vezes é entendido estritamente como a ausência de doenças, a saúde bem como foi relatado por uma das participantes, e como defende a OMS, é resultado das condições de alimentação, habilitação, trabalho, lazer etc. Em continuidade, foi explicado que o adoecimento na velhice para o idoso trabalhador é uma problemática social na sociedade em que vivemos, como forma de trazer uma reflexão para os idosos. Neste momento, foi refletido o fato de que a atividade de trabalho possui grande influência sobre as condições de saúde em que se encontra a pessoa idosa.

Um dos idosos relatou que devido ao esforço físico no qual foi exposto durante sua trajetória de trabalho em uma usina de cana-de-açúcar da região, “perdeu sua saúde”, adquirindo asma e um problema neurológico que o causa tremores nas mãos. O relato gerou uma discussão sobre o trabalho na sociedade brasileira, que inúmeras vezes acarreta problemas de saúde para o trabalhador, que ao chegar na velhice, os enfrenta de forma mais aguda. Como técnicas abordadas teve-se a vivência em grupo e em relação aos instrumentos foi utilizado um poema que trata do envelhecimento/velhice.

Como abordado na atividade, é comprovado que a sociabilidade a qual estamos inseridos, estabelece relações de trabalho que acabam por trazer desfechos na vida dos trabalhadores, afetando suas próprias condições de saúde, esta questão afirma que o mundo de produção capitalista em seu aspecto fundamentalmente desigual, gera para aqueles que produzem a riqueza social, a própria desvalorização de suas vidas. É possível refletir acerca dessa questão através do trecho:

As relações sociais ditadas pelo modo de produção capitalista em sua fase mais atual, a globalização ou a mundialização financeira, são condicionantes do processo de envelhecimento humano, diferenciando-se de acordo com a desigualdade imposta entre indivíduos e populações (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 29).

Continuando a descrição da intervenção, o quarto momento constituiu-se pela finalização da atividade que se deu por meio de uma rápida síntese, em que foi recapitulado de forma simples e reflexiva o que foi discutido, para poder em diante dar continuidade às próximas etapas. Cabe evidenciar que foi perguntado se havia dúvidas, não havendo, foi finalizada a primeira etapa que igualmente aos outros momentos, teve como aporte a vivência em grupo e o poema que trata do envelhecimento/velhice.

Esta primeira etapa estava vinculada ao primeiro objetivo específico da intervenção, que tratava de conscientizar a pessoa idosa sobre a compreensão acerca do processo de envelhecimento e sua relação com a saúde. Mesmo diante da limitação do tempo, foi possível alcançar esse objetivo de forma simplificada, de modo que os próprios idosos falaram um pouco de suas experiências.

Com a atividade, pudemos compreender que o Assistente Social se constitui como um importante profissional que atua diretamente com o público idoso em diversos espaços sócio-ocupacionais, sendo assim, refletimos que é de imensa relevância o Assistente Social se aproximar deste segmento com o intuito de criar possibilidades para momentos de reflexão sobre o envelhecimento do trabalhador idoso na sociedade capitalista.

Dando seguimento a execução do projeto de intervenção, tivemos a segunda atividade, foi realizada em 11 de agosto de 2022 com o mesmo grupo de idosos do programa Hiperdia. A atividade consistiu em uma roda de conversa, tendo como tema discutido os direitos legais conquistados pelo idoso na sociedade brasileira. Esta etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

A segunda atividade desenvolvida com os idosos foi resultado da continuação da primeira atividade, tendo como primeiro momento, o desenvolvimento da abordagem sobre a questão de direitos sociais conquistados pela pessoa idosa no Brasil. Como forma de instigar a participação dos participantes, foi perguntado se o

idoso possui direitos. A maioria participou, afirmando que sim. Neste momento, como técnicas abordadas, teve-se a vivência em grupo e como instrumentos a socialização de panfletos informativos.

Em seguida, no segundo momento desta segunda etapa, com o intuito de ampliar a participação dos integrantes, foi perguntado aos mesmos quais os direitos que o idoso possui na sociedade brasileira. Alguns citaram o direito ao atendimento preferencial, um idoso relatou uma experiência em uma agência bancária, na qual foi negado o seu direito de ser atendido primeiramente, em uma fila composta por pessoas mais jovens. Foi perguntado pela discente estagiária quais os outros direitos que eles poderiam citar, mas eles disseram que não sabiam quais os outros direitos que o idoso possui.

Desse modo, a Assistente Social os perguntou se um deles precisarem realizar alguma cirurgia em um hospital, se possuem o direito de ficarem com um acompanhante enquanto permanecerem internados. Todos afirmaram que sim, diante das respostas, foi perguntado pela discente estagiária se o idoso tem o direito a saúde, claramente afirmaram que sim. Como técnicas abordadas neste momento, teve-se a vivência em grupo e referente aos instrumentos, teve-se como aporte o panfleto informativo.

No terceiro momento desta etapa, continuando a dinâmica, foi perguntado ao grupo quem conhecia o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso. A maioria respondeu que não conheciam, somente uma idosa relatou que já ouviu falar do Estatuto do Idoso, mas não sabia do que se tratava. Com o intuito de apresentar ao grupo de forma geral o que representa o referido Estatuto e a Política de Saúde direcionada a pessoa idosa, foi distribuído um material que possui os principais trechos desses dois documentos para os participantes.

Em seguida, foi explicado que a pessoa idosa possui um marco legal de direitos sociais, que dentre esses, tem o direito a saúde pública de qualidade no Brasil e que por mais que estes documentos sejam recentes, eles possuem considerável importância para a pessoa idosa trabalhadora que devido a diversos fatores alcançaram a velhice em condições de adoecimento.

É importante refletirmos sobre a necessidade das políticas sociais e públicas na sociedade brasileira direcionada para a população idosa, tudo o que foi conquistado

por este grupo, expressa respostas do Estado às mais diversificadas demandas surgidas com a agudização das condições de vida e de trabalho na ordem do capital, o próprio sistema capitalista possui a necessidade de criar meios de controlar e abrandar as insatisfações dos indivíduos com o principal objetivo de manter sua exploração e acúmulo de riquezas, neste sentido, destacamos o pensamento a cerca da efetivação desses direitos:

O Estado brasileiro cria as políticas públicas e sociais para atender às necessidades de subsistência e relacionais da população idosa, principalmente, aquelas que interessam ao desenvolvimento econômico e político do capital. Uma das características que se sobressai no tocante à velhice é a ênfase no acesso aos serviços principalmente, aqueles associados à seguridade social – de modo a promover o aumento do tempo da velhice ativa e independente, postergando os agravos de saúde que podem resultar no aumento da velhice dependente (TORRES, 2020, p. 48).

Foi enfatizado para o grupo a importância de conhecerem os seus direitos e foi refletido acerca do fato de que mesmo existindo um Estatuto do idoso e uma política de saúde direcionada ao idoso, muitas pessoas idosas ainda os desconhecem, realidade que prova uma falha do Estado em criar meios de divulgação que possibilitem o acesso dessa população aos seus direitos, além dessa problemática esta associada a própria falta de oportunidade no acesso a educação formal. Neste terceiro momento, teve-se como aporte técnico a vivência em grupo e o panfleto informativo como instrumento.

O quarto momento foi configurado pela finalização da atividade, que se deu pela leitura de um trecho da Política Nacional de Saúde do Idoso que enfatiza que não se fica velho aos 60 anos, retratando o envelhecimento como um processo natural que ocorre em toda a experiência de vida do ser humano e que o preconceito contra a velhice e a sua negação pela sociedade colaboram para a dificuldade em se pensar políticas públicas para a pessoa idosa.

Por fim, foi perguntado ao grupo se alguém tinha alguma consideração a ser feita e se haviam entendido, o grupo afirmou que tinha compreendido as explicações e que foi importante a conversa sobre essas leis que os protegem. Este momento, igualmente aos os anteriores que constituem a segunda etapa, tiveram como aporte a vivência em grupo e a socialização do panfleto informativo.

Enfatizamos a importância do Assistente Social que atende diretamente o público idoso nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, de trabalhar com essa

população a afirmação de seus direitos sociais alcançados na sociedade brasileira. Tendo em vista que existe um preconceito contra a velhice que impede que os próprios idosos tenham a facilidade de aceitarem o envelhecimento e se reconhecerem como sujeitos de direitos.

Por fim, a terceira atividade foi constituída por uma palestra, devidamente realizada em 11 de agosto de 2022, abordando o tema do direito à assistência farmacêutica para o grupo de idosos do programa Hiperdia. Esta etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

A terceira e última atividade realizada com os idosos, se constituiu como continuidade das atividades realizadas anteriormente. O primeiro momento da palestra teve-se como principal responsável a Assistente Social supervisora de campo, que iniciou sua fala abordando a questão do direito à medicamentos. A profissional apresentou o momento, relatando que em nossa sociedade existem programas e serviços que garantem o acesso a medicamentos de forma gratuita para a população que se encontra em condição de adoecimento. Referente aos recursos técnicos, teve-se a vivência em grupo e como instrumento um cartaz informativo/ilustrativo.

Em continuidade, no segundo momento da atividade, a profissional apresentou o programa Farmácia Popular do Brasil, explicando que o programa é uma iniciativa complementar na disponibilização de medicamentos prevista na Atenção Primária à Saúde, em parceria com farmácias e drogarias privadas. Foi explicado que o programa disponibiliza medicamentos gratuitos para o tratamento de diabetes, asma e hipertensão e, de forma subsidiada, medicamentos para o tratamento de outras doenças de perfil crônico e fraldas geriátricas.

Em seguida, foi apresentado pela assistente social o serviço da Farmácia Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), que se constitui como o mais expressivo serviço que disponibiliza medicações inteiramente gratuitas de uso contínuo e de uso básico. Foi explicado que a Farmácia Básica Municipal é um centro de dispensação de medicamentos que tem como objetivo contribuir com a recuperação e preservação da saúde dos moradores da cidade. Para isso, conta com um elenco de substâncias medicamentosas voltadas para o tratamento dos problemas de saúde com maior

incidência na população. Como técnicas utilizadas, teve-se a vivência em grupo e referente aos instrumentos, foi utilizado um cartaz informativo/ilustrativo.

Depois de ter explicado esses programas que compõe a política de assistência farmacêutica, no terceiro momento, a profissional do Serviço Social trouxe contribuições acerca do serviço em que atua na Secretaria Municipal de Saúde. Foi explicado que na instituição, existe um serviço instituído pelo município que viabiliza medicações, dentre outros produtos para tratamento e promoção em saúde, que tem como objetivo viabilizar as medicações que não são fornecidas pela Farmácia Básica Municipal ou que estão em falta na mesma. A profissional explicou que é viabilizado não somente medicações de uso básico ou de uso contínuo, o serviço abrange também medicações de alto custo, como também, leites especiais para crianças e equipamentos como cadeiras de rodas e cadeiras de banho. Este terceiro momento teve como aporte técnico, a vivência em grupo e um cartaz informativo/ilustrativo como instrumento.

No quarto momento da atividade, a Assistente Social pediu a contribuição da discente estagiária para fazer algumas colocações, desse modo, foi perguntado por esta aos participantes, se eles conheciam que o idoso tem direitos a medicamentos gratuitos, as respostas variaram. Alguns relataram que sabiam deste direito e que por serem hipertensos e diabéticos recebiam medicações nesses programas e serviços que foram apresentados, outros participantes relataram que não conheciam o serviço da Secretaria Municipal de Saúde, afirmando a importância de serem informados sobre ele.

Por fim, foi feita uma reflexão coletiva, os idosos afirmaram que apesar de serem aposentados, a aposentadoria não é suficiente para suprir com os custos dos medicamentos e tratamentos diversos. Refletimos que um medicamento de 150,00 reais representa mais de 10% de um salário-mínimo. Sintetizando, foi compreendido a importância de uma política de saúde direcionada ao idoso que constitui a classe trabalhadora, que devido a condições sociais e históricas enfrentada na velhice, muitas vezes não tem como custear o tratamento de determinadas condições. Como embasamento, técnico teve-se a vivência em grupo e a utilização de um cartaz informativo/ilustrativo como instrumento.

Enfatizamos que esta terceira atividade foi desempenha de forma eficiente, mas cabe evidenciar algumas dificuldades, por ter sido o último momento com o grupo, dois participantes já haviam se retirado e uma outra idosa começou a participar já no

final do momento, para esta, a discente estagiária se encarregou de relatar ligeiramente a execução da intervenção, sendo que a idosa conseguiu compreender e participou das discussões finais.

A atividade conseguiu cumprir a função de fornecer informações ao grupo de idosos que os possibilitassem a ampliação de seus direitos e o acesso a saúde. Com isso, verificamos a importância do Assistente Social, como profissional que atua na política de saúde e que atende o público idoso, no sentido de criar meios de ampliar discussões sobre a saúde da pessoa idosa, enfatizando os direitos que este segmento possui na sociedade brasileira, como forma de enfrentamento das artimanhas postas pela ofensiva do capital que oculta e suprime conquistas sociais alcançadas pelo conjunto dos trabalhadores.

Enfatizamos a necessidade de discutir o tema da velhice e do envelhecimento em nossa sociedade, pois compreendemos que essas categorias diante da dinâmica capitalista, aparecem para a população idosa que constitui a classe trabalhadora com configurações particulares e expressam as determinações impostas por esse meio de produção. Consideramos a veracidade do pensamento colocado pelas autoras:

Discutir velhices humanas significa apreender diferentes e desiguais processos de vida, considerando que a inserção de indivíduos e populações numa estrutura de classes condicionará seus processos de envelhecimento e velhice. Cabe, por exemplo, indagar: desde quando e como envelhecem pessoas da mesma geração, trabalhadores e trabalhadoras, no campo e na cidade? Desse modo, chegamos à constatação de que a longevidade não é um direito exercido por todas as populações em escala mundial. (PAIVA; SOARES; SANTOS. 2020, p. 76).

Em síntese, corroboramos que a atuação do Assistente Social com a pessoa idosa nos mais variados espaços sócio-ocupacionais deve se abrigar na concepção crítica-dialética e no projeto ético político profissional que se constituem como instrumentos norteadores de uma abordagem prática e ética compromissada com aqueles que historicamente sofreram opressão, exploração e supressão de direitos.

Referências

COSTA, Denise Gisele; COSTA, Joice Sousa; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital, In: COSTA, Joice Souza, et al (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: CULTURA

ACADÊMICA, 2017, cap. 1, p. 20-34.

COSTA, Fabianni. Et al. Responsabilização da Família no cuidado à Pessoa Idosa: breve reflexão sobre o conteúdo da legislação brasileira, In: COSTA, Joice Souza, et al (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, cap. 3, p. 52-65.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021.

PAIVA, Sálvea. Et al. Desigualdade, Envelhecimento e Saúde no tempo de contrarreformas: da Magnitude à Desproteção Social no Brasil. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo (SP), n. 24, p. 65-82, 2021.

PAIVA, Sálvea; SOREAS, Nanci; SANTOS, Maria Florência do. O serviço social e a gerontologia social: elementos para pensar a pesquisa e a instrumentalidade, In: TEIXEIRA, Solange (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, cap. 3, p. 74-102.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul/dez. 2009.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho da assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate, In: TEIXEIRA, Solange (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, cap. 2, p. 46-73.